

## Cratera do Metrô

# Promotor oferecerá denúncia



A reunião contou com a participação do vice-presidente e do diretor do Sindicato dos Metroviários de SP, Pedro Augustinelli Filho (Boca) e Manuel Xavier Lemos Filho, respectivamente; do vice-presidente da SEESP, Laerte Conceição; do presidente da AEAMESP, Manoel Ferreira; e do assessor do deputado Simão Pedro, Salvador Khuriyeh, o promotor de Justiça, Arnaldo Hossepian Júnior e a Oficial de Promotoria Chefe, Daniela Tosi



Fotos: arquivo/Sindicato

Metroviários se reuniram com o promotor que investiga as causas da tragédia ocorrida na Linha 4 – Amarela no dia 18/06, tendo como motivação declarações do secretário dos Transportes Metropolitanos e do próprio promotor

Ao declarar que o Metrô optou por fiscalizar menos a obra da Linha 4, o secretário dos Transportes Metropolitanos, José Luiz Portella, se esquivou do dever de esclarecer que a ausência do Estado fiscalizador foi o principal motivo para a ocorrência daquela tragédia, e que foi o governo do estado que adotou o modelo de contrato que deu plenos poderes para o setor privado tocar a obra, sem o devido acompanhamento do poder público.

No contexto da declaração do secretário, o promotor de Justiça Arnaldo Hossepian Júnior reafirmou que irá oferecer denúncia a todas as pessoas que tenham, de alguma forma, contribuído para o acidente, independente do nível hierárquico ou das empresas envolvidas.

E foi o combinado destas declarações que motivou a reunião ocorrida por intermédio do gabinete do deputado estadual Simão Pedro do PT, entre o Sindicato dos Metroviários, dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP), a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Metrô de São Paulo (AEAMESP), o promotor de Justiça, Arnaldo Hossepian Júnior e a Oficial de Promotoria Chefe, Daniela Tosi.

As entidades tiveram a preocupação de esclarecer que o papel dos metroviários na obra está limitado pelo contrato assinado entre o Estado e o consórcio,

e que por este motivo não há condições legais para a correta e necessária atuação dos profissionais do Metrô que atuam na obra.

Informaram ao promotor que apesar de impossibilitados de exercer plenamente suas atividades, os profissionais que lá atuam, diversas vezes, manifestaram a sua preocupação com a segurança da obra. O Sindicato, por sua vez, levou as denúncias destes metroviários a público, bem como protocolou pedido de investigação no

Ministério Público Federal, alegando insegurança para todos os trabalhadores da obra.

As entidades manifestaram seu apoio à forma como as investigações estão sendo conduzidas, mas também a sua preocupação quanto à interpretação que o Ministério Público está dando para a participação dos diversos profissionais que atuam na obra. Isso porque o jogo de interesses que envolve este modelo de contrato impõe condições restritas de

atuação aos trabalhadores da obra que, mesmo assim, efetivamente, tentaram evitar a tragédia procurando suas entidades representativas.

Estas se colocaram à disposição para colaborar com as investigações, inclusive conversando com os trabalhadores que possam ter informações que permitam ao Ministério Público identificar que a decisão de não fiscalizar as obras da Linha 4 não foi um ato de liberalidade dos metroviários.

## Movimentos sociais vão a Brasília por juros menores e redução da jornada de trabalho

No dia 03/06 representantes das centrais sindicais CTB, CUT e outras estiveram no Congresso Nacional para participar da entrega das assinaturas recolhidas em todo o país pela redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem diminuição de salário.

No dia 19/06 a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) também foi a Brasília juntar forças com os

estudantes brasileiros, mas desta vez para protestar contra a política de alta de juros em frente ao Banco Central.

A redução da jornada proporcionará a criação de milhares de empregos, enquanto a diminuição dos juros vai estimular investimentos, a distribuição de renda e a valorização do trabalho.

Contra a alta do juro! Pela redução da jornada de trabalho e desenvolvimento nacional!



Fotos: Arquivo/Sindicato



# Alstom, governo estadual e o Metrô. *Um escândalo!*

Foto montagem: Arquivo/Sindicato

A Alstom, o governo estadual, o Metrô, outras estatais e até um conselheiro do Tribunal de Contas do Estado estão envolvidos em suspeitas de pagamento de propina e lavagem de dinheiro. A denúncia não foi feita pela oposição ou pela imprensa brasileira, mas por meios de comunicação internacionais, tendo como base investigações da Polícia Federal e das justiças da Suíça e da França



O princípio de tudo está em uma notícia publicada no diário americano *The Wall Street Journal*, do dia 06 de maio de 2008. A manchete dizia que a empresa francesa, Alstom, pagou propina a políticos brasileiros em troca de contratos milionários com estatais brasileiras.

Em valores corrigidos, a Alstom teria pago “comissões” de mais R\$ 13 milhões no período de outubro de 1998 até o começo de 2001, quando Geraldo Alckmin foi vice e governador de SP.

A investigação de promotores suíços e franceses gira em torno, também, da possibilidade de o grupo ter pago US\$ 6,8 milhões para obter um contrato de US\$ 45 milhões com o Metrô de SP.

## Esquemão

De acordo com as investigações, para que as “comissões” chegassem ao seu destino, a Alstom utilizava empresas sediadas em paraísos fiscais – as chamadas offshores, que gozam de privilégios tributários e proteção por regras de sigilo que dificultam investigações.

O esquema pode ter funcionado da seguinte forma: a Alstom depositava quantias em bancos, que faziam supostos pagamentos às tais offshores em troca de consultorias fictícias. De lá, o dinheiro seria enviado a contas de doleiros brasileiros que, então, distribuía a propina em países onde a Alstom era responsável por obras, como Brasil, Venezuela, Cingapura e Indonésia.

## Contratos e licitações

Segundo os procuradores suíços, as propinas eram pagas de acordo com as correções no valor do contrato entre a Alstom e o Metrô. Desde que o contrato inicial foi assinado, em outubro de 1997, foram feitos 13 termos aditivos para reajustar os preços.

Ainda conforme as investigações, em maio de 2007, o governo estadual aproveitou um contrato de mais de 15 anos para fazer uma compra de

trens sem licitação, quando acabou gastando R\$ 4 milhões a mais do que se houvesse licitação.

O preço médio do trem foi de R\$ 32,8 milhões, sendo que em outra compra realizada cinco meses depois por meio de licitação internacional, este valor caiu para R\$ 28,8 milhões.

## Até no TCE!

De acordo com as investigações, as suspeitas de corrupção chegaram até o Tribunal de Contas do Estado (TCE)! O Ministério Público suíço encontrou anotações das iniciais “RM” em documentos apreendidos na Alstom.

Roberto Marinho é conselheiro do TCE desde 1998. Antes disso, ele foi coordenador da campanha eleitoral de Mário Covas em 1994 e chefe da Casa Civil do governo do Estado de 1995 a abril de 1997.

Durante o processo de investigação o conselheiro já admitiu que foi para a França em 1998 assistir a jogos da copa com as despesas pagas por uma empresa do Grupo Alstom.

Foi este mesmo “RM” que avaliou os contratos do grupo com as empresas brasileiras.

## Outras empresas

A Eletropaulo é outra empresa que está na mira do Ministério Público da Suíça, por suspeita de corrupção em contratos firmados com a Alstom. Ocorre que esta estatal foi vendida para a AES logo depois do fechamento dos contratos, que ficaram de posse das empresas americanas.

Para completar, e de forma suspeita, em 1998, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) decidiu que todos os processos sobre contratos da Eletropaulo deveriam ser arquivados sem apreciação. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o contrato da Eletropaulo com a GEC Alstom, firmado em 1997 e arquivado em 1999.

## Convocações e CPIs abortadas

Os pares do governo estadual na Assembléia

Legislativa do Estado de SP (Alesp) conseguiram abortar seis pedidos de convocação de políticos e empresários para explicar o caso Alstom na CPI da Eletropaulo.

Mas os deputados Ivan Valente e Francisco Praciano resolveram encaminhar esta bomba para a esfera federal, solicitando a realização de uma audiência pública sobre o caso à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.

A audiência pública foi marcada para o dia 17/06, mas foi cancelada “em função da incompatibilidade da agenda do presidente da empresa para o Brasil, Thibault Desteract”. Até o fechamento desta edição não havia definição de nova data.

## Quem vai segurar mais essa?

Em ano eleitoral, essa batata quente continua passando de mão em mão. Todo mundo afirma com convicção que as investigações devem ser feitas e os responsáveis devem ser punidos, mas, em contrapartida, há um intenso movimento para barrar a apuração dos fatos, como aconteceu com as convocações na Alesp.

Só a respeito de contratos efetuados pelo governo do Estado há mais de 70 pedidos de CPI na Assembléia, mas nenhum deles foi aprovado pela maioria da bancada governista, é claro!

A Alesp funciona como um cemitério de CPIs. Não se consegue apurar absolutamente nada em SP por ingerência do governador e cumplicidade do tucanato e demos (DEM). No maior e mais rico Estado da federação, CPI é uma palavra proibida. Enquanto isso, a mídia se cala, a corrupção se instala e a população paga.

Para o Sindicato, esta é uma realidade repugnante, e até que provem o contrário dos fatos já investigados, buscará o esclarecimento, a devida divulgação e punição daqueles que participaram deste esquemão em detrimento dos direitos de todos os cidadãos.



# Além dos trilhos do Metrô

A criação do departamento de Segurança do Metrô (OPS) trouxe a idéia de que haveria maior eficácia no tratamento das questões relativas à segurança operacional, além de melhores condições de trabalho para o seu corpo operativo.

No entanto, o OPS está seguindo alguns caminhos que, por diversas vezes, destoam da proposta que criou e regulamentou a atividade do corpo de segurança ao longo da história do Metrô de São Paulo.

Princípios básicos que sempre pautaram as atividades dos ASs foram deixados de lado, bem como as relações democráticas e não impositivas, que sempre tiveram tratamento prioritário em outros momentos.

Por exemplo, é incoerente obrigar o AS a trabalhar fora da área do Metrô, como aconteceu durante a greve dos vigilantes. Há uma legislação e um contrato de trabalho determinando que estes metroviários atuem especificamente em áreas do Metrô. Mesmo assim, o OPS determinou que trabalhassem em áreas da CPTM.

Mais recentemente, depois da discussão sobre a redução da jornada de trabalho ocorrida durante a campanha salarial, o OPS se apressou a apresentar duas propostas aos ASs da escala base, sem que alguma delas tenha sido debatida com o Sindicato.

É importante ressaltar que esta



Foto montagem: Arquivo/Sindicato

entidade reivindica o aumento do efetivo na escala 4x2x4, pois, hoje, a quantidade de ASs nesta escala é menor de 20% do total e isso é insuficiente para cobrir as estações, principalmente nas noitadas e finais de semana.

Outra divergência do Sindicato com o departamento é o agrupamento dos ASs em bases que, em sua maioria, não oferecem condições adequadas de vestiário, copas e acomodações mínimas. Além disso, para assumirem seus postos, muitas vezes têm que se deslocar por longos trechos, sendo que haveria mais facilidade e rapidez se estivessem em bases menores ao longo das linhas.

O Sindicato também é contra a criação de um grupo operacional de ASs sem uniforme para apoiar o trabalho dos ASs uniformizados. Isso porque já existia um grupo com essa finalidade, o chamado "PX", que são ASs com problemas de saúde ou com

algum tipo de restrição, que já atuavam com esse objetivo, ou seja, observar e informar a presença de suspeitos ou criminosos nas áreas do Metrô.

O Sindicato sempre recebe denúncias de que este objetivo foi deixado de lado, sendo substituído por atuações contrárias às respaldadas e amparadas pela lei, ao longo das linhas e até fora delas, colocando em risco a segurança destes e dos demais funcionários.

A empresa tem essas informações e até o momento não tomou medidas para coibir desvios cometidos, com a convivência ou não do OPS.

O Sindicato defende um corpo de segurança bem treinado, respaldado, valorizado e uniformizado, bem como que os objetivos de criação do OPS sejam retomados e colocados em prática, antes que piores conseqüências atinjam os metroviários e até usuários do Metrô!

## Mais uma reintegração

O juiz do Trabalho Elizio Luiz Perez da 1ª Vara do Tribunal Regional do Trabalho proferiu sentença favorável à OT Gilzete Clementina da Silva, da LLO, demitida após a greve de agosto de 2007. Determinou a sua imediata reintegração, bem como o pagamento de uma multa de R\$ 15 mil por danos morais. O descumprimento da sentença caberia multa diária ao Metrô de R\$ 200 em favor da OT. Felizmente a companheira já assumiu seu posto de trabalho em ITT, de onde nunca deveria ter sido tirada! Mais uma vitória da categoria metroviária em luta pela manutenção e ampliação de seus direitos!

## Trabalho na plataforma

O Metrô determinou que a plataforma de todas as estações tivesse a presença de um funcionário durante todo o dia. Porém, em muitas estações, não há número suficiente de funcionários para tanto. A Cia. precisa esclarecer qual a prioridade em uma estação, já que postos-chaves têm sido degradados para cumprir mais esta determinação, além de que as pessoas estão ficando por diversas horas sem rendimento ou estão sendo rendidos por PETs. O Sindicato buscará se reunir com a GOP para discutir o assunto e orienta que os funcionários não fiquem longos períodos em pé.

## REP ninguém merece!

Mesmo com a denúncia feita à DRT em 06/05/08, através da carta ofício nº 39/08, até o momento não houve efetiva fiscalização da DRT sobre as condições encontradas naquela estação, com a presença de focos de insetos, poeira e ruído intenso, devido às obras da Linha 4. O Sindicato busca junto à DRT agilizar a fiscalização no local, pois a situação vivida pelos funcionários está insuportável!

## Metroviários em palestra

No dia 17/06 cerca de 30 metroviários, entre ativistas e diretores do Sindicato, participaram da palestra sobre direito trabalhista realizada pela secretaria de Formação do Sindicato. Na ocasião, os participantes tiveram uma série de esclarecimentos sobre a história do direito do trabalho e ações que envolvem a categoria. Outras palestras serão programadas. Participe!

## Linha 4 vira teatro

As conseqüências da tragédia da Linha 4 – Amarela inspiraram o autor Franz Keppler e o diretor Flávio Faustini, que criaram um espetáculo sobre uma família que é levada para um hotel depois de ter sua casa condenada pela Defesa Civil em função da cratera aberta na rua onde moram. A peça está em cartaz no Teatro Augusta, de sexta a domingo. O Teatro Augusta fica na rua Augusta, 943. Informações no tel 3151-4141.

## Fenametro convoca 3º Congresso Nacional dos Metroviários

O período para a realização de assembléia e/ou setoriais para a eleição dos delegados será entre 23/06 e 10/08. Os sindicatos terão até o dia 11/08 para fazer a inscrição dos eleitos.

Em reunião realizada por teleconferência no dia 21/05, a direção executiva da Federação Nacional dos Metroviários (Fenametro) aprovou a realização do 3º Congresso da entidade entre os dias 28 e 31 de agosto.

O cronograma aprovado prevê que cada Estado terá direito a eleger um delegado para cada 150 trabalhadores.

O período para a realização de assembléia e/ou setoriais para a eleição dos delegados será entre 23/06 e 10/08. Os sindicatos terão até o dia 11/08 para fazer a inscrição dos eleitos.

Até o dia 30/06 será publicado o texto-base da direção que orientará os debates do Congresso. As emendas ao texto-base poderão ser apresentadas pelos delegados e delegadas, natos ou eleitos, até o dia 15/08.

**Veja no quadro ao lado quantos delegados podem ser eleitos em cada Estado.**



Foto montagem: Arquivo/Sindicato

Estado	Nº de trabalhadores	Total de Delegados	Mínimo de Delegadas (20%)
SP	7550	50	10
RJ	2906	19	4
PE	1576	11	2
RS	1064	7	1
BH	864	6	1
DF	1050	7	1
CE	334	3	1
PI	74	3	1